



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

LEI MUNICIPAL Nº 1446 DE 08 DE JULHO DE 2010.

“Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011 e dá outras providências”.

NELSON CINTRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias do Município de Porto Murtinho para o exercício de 2011, atendendo;

- I – as diretrizes, metas e prioridades para o orçamento do Município;
- II – as diretrizes gerais da Administração Pública Municipal;
- III – as diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e das diretrizes gerais de sua elaboração;
- IV – os princípios e limites constitucionais;
- V – as diretrizes específicas do Poder Legislativo;
- VI – as receitas municipais e o equilíbrio com a despesa;
- VII – a alteração na legislação tributária;
- VIII – as disposições sobre despesas de pessoal e encargos;
- IX – as disposições sobre as despesas decorrentes de débitos de precatórios judiciais;
- X – das vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal e dos critérios e forma de limitação de empenho.
- XI – as normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento;
- XII – as condições especiais para transferências de recursos públicos a entidades públicas e privadas;
- XIII – as disposições finais.

§1º Fazem parte desta Lei o Anexo I de Diretrizes e Metas para a elaboração do Orçamento de 2011, o Anexo II - Metas Fiscais e o Anexo III - Riscos Fiscais estabelecidos nos parágrafos 1º e 3º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§2º O Município observará as determinações relativas a transparências de Gestão Fiscal, estabelecidas no art. 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 44 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

CAPÍTULO I

Das Diretrizes Orçamentárias

SEÇÃO I

As Diretrizes, Metas e Prioridades para o Orçamento do Município.

Art. 2º Em consonância com o art. 165, §2º, da Constituição Federal, as Diretrizes, as Metas e as Prioridades para o exercício financeiro de 2011, são especificadas nos Anexos a este Projeto de Lei, as





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2011, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas.

SEÇÃO II

As Diretrizes Gerais da Administração Municipal

Art. 3º A Receita e a Despesa serão orçadas a preço de julho de 2010.

Art. 4º Os recursos ordinários do tesouro municipal obedecerão a seguinte prioridade na sua alocação:

I – pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida e precatórios judiciais;

III – custeio administrativo, incluindo a preservação do patrimônio público e contrapartida de convênios;

IV – investimentos.

Art. 5º Os critérios adotados para definição das diretrizes serão os seguintes:

I - priorizar a aplicação de recursos destinados à manutenção das atividades já existentes sobre as ações em expansão;

II – os projetos em fase de execução, desde que contidos na Lei de Orçamento, terão preferência sobre os novos projetos;

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município nas alienações, subvenções, convênios, acordos e contratos e a proceder todos os atos para a perfeita representatividade do Município, na celebração de convênios, contratos e outros atos de competência do Executivo.

Art. 7º A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2011 será encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal até o 30 de outubro de 2010.

SEÇÃO III

**As Diretrizes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
e das Diretrizes Gerais de sua Elaboração**

Art. 8º Os orçamentos fiscal e da seguridade social estimarão as receitas e fixarão as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo:

I – O orçamento fiscal refere-se aos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 9º O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204 e 212, § 4º, da Constituição, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

I – das contribuições sociais a que se refere o Parágrafo 1º do Art. 181 da Constituição Estadual;

II – de transferências de recursos do Tesouro, Fundos e entidades da Administração Indireta, convênios ou transferências do Estado e da União para a seguridade social.

Art. 10. Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e de seguridade social, a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação em Projeto e Atividade.





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

§1º. Para efeito de informação ao Poder Legislativo, a proposta orçamentária constará, em nível de categoria de programação e por órgão, a origem dos recursos, indicando-se para cada um, no seu menor nível e obedecendo à seguinte discriminação:

I – o orçamento a que pertence;

II – as fontes dos recursos Municipais;

II – a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

a) despesas correntes - Pessoal e encargos sociais: atendimento de despesas com pessoal, obrigações patronais, inativos, pensionistas e salário família; juros e encargos da dívida: cobertura de despesas com juros e encargos da dívida interna e externa; outras despesas correntes: atendimento das demais despesas correntes não especificadas nos grupos relacionados nos itens anteriores.

b) despesas de capital – Investimentos: recursos destinados a obras e instalações, equipamentos e material permanente, investimentos em regime de execução especial, diversos investimentos e sentenças judiciais; inversões financeiras: atendimento das demais despesas de capital não especificadas no grupo relacionado no item anterior; amortização da dívida: amortização da dívida interna e externa e diferenças de câmbio.

§2º. As fontes de recursos que trata o Inciso II desse artigo serão instituídas pela Lei Orçamentária.

Art. 11. A Lei Orçamentária Anual incluirá dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I – das receitas arrecadadas conforme prevê o parágrafo 1º do art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/64;

II – das despesas conforme estabelece o parágrafo 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64 e de forma semelhante a prevista no anexo 2 da referida lei, que detalha o orçamento em seu menor nível por elemento de despesa;

III – dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento da Lei nº 11.494/07;

IV – dos recursos destinados para a execução dos serviços de saúde em cumprimento ao índice estabelecido no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

V – por projetos e atividades, os quais serão integrados por títulos, quantificando e qualificando os recursos;

VI – reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12. Na elaboração da Proposta Orçamentária, o Poder Executivo deverá incentivar a participação popular através de audiências públicas, conforme estabelece no art. 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2.000.

Art. 13. Os orçamentos das Administrações Indiretas e dos Fundos constarão da Lei Orçamentária Anual, em valores globais, não lhes prejudicando a autonomia da gestão legal de seus recursos, cujos desdobramentos, alterações e suplementações serão aprovados pelo Poder Executivo durante o exercício de sua vigência, mediante autorização legislativa.

Parágrafo único. Aplicam-se às Administrações Indiretas, no que couber, os limites e disposições da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, cabendo a incorporação dos seus Orçamentos Anuais assim como as Prestações de Conta, às Demonstrações Consolidadas do Município.





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

Art. 14. Constará da Lei Orçamentária Anual a autorização para a abertura de créditos orçamentários suplementares, para a criação de programas e elementos de despesa, que na execução orçamentária se fizerem necessários ou que apresentem insuficiência de dotação, de acordo com os artigos 41 e 43 e seus parágrafos e incisos, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 15. Para abertura de créditos adicionais, de acordo com os artigos 41 e 43 e seus parágrafos e incisos da Lei Federal 4.320/64, a administração municipal poderá remanejar dotações entre as diversas unidades orçamentárias e diferentes fontes de receita prevista no Inciso II do art.10 desta lei com autorização do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo Único. Excluem-se do limite estabelecido na Lei Orçamentária, ficando autorizadas, para utilização dos Poderes Executivo e Legislativo, as suplementações de dotações dentro do mesmo grupo de despesa, as suplementações entre os elementos de despesa do mesmo projeto e atividade, entre os sub-elementos de um mesmo elemento de despesa e para atendimento de despesa com pessoal e encargos.

Art. 16. Na Lei Orçamentária Anual, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 101, constará uma reserva de contingência não superior a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, para atendimento complementar das situações de passivos contingentes e outros riscos eventuais, fiscais imprevistos.

Parágrafo Único. Aplica-se a reserva de contingência o mesmo procedimento e condições para o Poder Executivo e o Poder Legislativo no que couber.

Art. 17. Fica autorizada a realização de concursos públicos ou contratação de pessoal nos termos do art.37 da Constituição Federal para todos os Poderes.

Art. 18. No Orçamento para o Exercício de 2011 as dotações com pessoal serão incrementadas em até 15% (quinze por cento), para assegurar a reposição e reajuste salarial.

SEÇÃO IV

Os Princípios e Limites Constitucionais

Art. 19. O Orçamento Anual com relação à Educação e Cultura, observará as seguintes diretrizes tanto na sua elaboração como na sua execução:

I – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, de que trata o artigo 212 da Constituição Federal, com aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências;

II – FUNDEB, a receita formada com base em contribuição por aluno e a despesa com aplicação mínima de 60% (sessenta por cento) na remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino básico.

Parágrafo Único. Os recursos do FUNDEB, assim como a sua operacionalização Orçamentária e Contábil deverão ser individualizados em termos de registro de receita, bem como aplicação de despesa, de forma a evidenciar as suas Gestões, assim como facilitar as Prestações de Contas a quem de direito.

Art. 20. Às operações de crédito, aplicam-se as normas estabelecidas no Art. 167 da Constituição Federal, e ao que consta na Resolução do Senado Federal de n.º 43, de 21 de dezembro de 2001 e alterações posteriores.

Art. 21. Às operações de crédito por antecipação da Receita Orçamentária aplicam-se as disposições estabelecidas na Resolução do Senado Federal de nº 43, de 21 de dezembro de 2001, contidas a partir de seu artigo 36.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**

Art. 22. É vedada a utilização de recursos transferidos, em finalidade diversa da pactuada.

Art. 23. A despesa total com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder o percentual de 54% e o do Poder Legislativo em 6%, da Receita Corrente Líquida do Município, considerada nos termos dos artigos 18, 19 e 20 de Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 e no caso de limitação de empenho obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 24. As operacionalizações e demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada Órgão e Fundo ou entidade da administração direta, nos termos do inciso III do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25. Integra a Dívida Pública Consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses, cujas receitas tenham constado do Orçamento, nos termos do parágrafo 3º do art. 29 da Lei 101 de 04.05.2000.

Parágrafo Único. Equipara-se a Operação de Crédito e integrará a Dívida Pública Consolidada, nos termos do parágrafo 1º do art. 29 da Lei 101 de 04.05.2000, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos artigos 15 e 16 da mesma Lei:

I – a assunção de dívidas;

II – o reconhecimento de dívidas;

III – a confissão de dívidas.

Art. 26. Os Precatórios Judiciais não pagos durante a execução do Orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida, conforme § 7º do artigo 30 da Lei Complementar 101 de 04.05.2000.

SEÇÃO V

As Diretrizes Específicas do Poder Legislativo

Art. 27. Para elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal fica estipulado o percentual de 7% (sete por cento) da Receita Tributária do Município e das Transferências Constitucionais da União e do Estado, obedecendo aos artigos 158 e 159 da Constituição Federal e do produto da Receita da Dívida Ativa Tributária e conforme rege o artigo 29 - A da Constituição Federal e pareceres do TC/MS.

§1º. Os repasses à Câmara Municipal se farão mensalmente, na proporção de um doze avos do total da receita arrecadada no exercício anterior ao dos repasses, conforme legislação específica descrita no "caput" deste artigo.

§2º. A Câmara Municipal enviará até o dia vinte de cada mês, o Balancete Mensal do mês anterior, em conformidade ao Anexo V da Instrução Normativa 01/95 do Tribunal de Contas MS, para fins de integração à contabilidade geral do município de forma a atender as exigências dos arts. 52, 53 e 54 da Lei 101/00.

Art. 28. As despesas com pessoal e encargos da Câmara Municipal, incluindo os subsídios dos vereadores limitar-se-ão ao estabelecido na alínea "a" do inciso III, do artigo 20, da Lei Complementar 101 de 04.05.2000.

SEÇÃO VI

As Receitas Municipais e o Equilíbrio com a Despesa

Art. 29. Constituem-se receitas do Município aquelas provenientes:

I – dos tributos de sua competência;

II – de prestação de serviços;





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

- III – das quotas-parte das transferências efetuadas pela União e pelo Estado, relativas às participações em impostos Federais e Estaduais, conforme artigo 158 e 159 da Constituição Federal;
- IV – de convênios formulados com órgãos governamentais e entidades privadas;
- V – de empréstimos e financiamentos, com prazo superior a 12 (doze) meses, autorizados por Lei específica, vinculados a obras e serviços públicos;
- VI – recursos provenientes da Lei Federal nº 11.494/07;
- VII – das demais receitas auferidas pelo Tesouro Municipal;
- VIII – das transferências destinadas à Saúde e à Assistência Social pelo Estado e pela União;
- IX – das demais transferências voluntárias.

Art. 30. Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, da variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, do crescimento econômico ou de qualquer outro fato relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquela a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§1º. Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§2º. O montante previsto para receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das Despesas de Capital constantes do Projeto de Lei Orçamentária.

§3º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

§4º. Se a estimativa de receita constante no orçamento for igual à contida no anexo desta lei, a sua publicação substituirá o contido no parágrafo anterior.

Art. 31. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deverá iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto nesta Lei e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias quando for o caso;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no “caput”, por meio de aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§2º O disposto neste artigo não se aplica ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

Art. 32. As receitas próprias de Órgãos, Fundos, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão programadas para atenderem, preferencialmente as funções próprias de cada um, os gastos com pessoal e encargos sociais, os juros, os encargos e amortização da dívida, a contrapartida a financiamentos e outros necessários para a sua manutenção ou investimentos prioritários, bem como racionalização das despesas.

Parágrafo Único. As receitas dos Fundos serão registradas nos Fundos, separando-se por rubricas orçamentárias específicas, inclusive as relativas aos convênios que deverão ser individualizados, exceto as transferências financeiras da Prefeitura Municipal, que serão contabilizadas como receitas extra-orçamentárias, conforme Portaria n.º 339 de 29 de agosto de 2001, da STN/MF.

SEÇÃO VII

A Alteração na Legislação Tributária

Art. 33. O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente:

I – a revisão da legislação e cadastro imobiliário, para efeito de regulamentação, lançamento e arrecadação do IPTU;

II – ao recadastramento dos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;

III – a reestruturação no sistema de avaliação imobiliária, para cobrança do ITBI – imposto de transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; adequando-o à realidade e valores de mercado;

IV – ao controle do valor adicionado, para efeito de crescimento do índice de participação no ICMS – imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

V – as amostragens populacionais periódicas, visando a obtenção de maiores ganhos nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, distribuídos em Função da Receita da União, do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados;

VI – a recuperação dos investimentos realizados com recursos próprios, através da cobrança da contribuição de melhoria prevista em lei;

VII – a cobrança, através de tarifas decorrentes de serviços públicos ou do exercício do poder de polícia, com seus custos atualizados de acordo com o dimensionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividades vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviços, comércio e indústria em geral, localizados no município;

VIII – a modernização da Administração Pública Municipal, através da capacitação dos recursos humanos, elaboração de programas de modernização e reestruturação administrativa, redução de despesas de custeio, racionalização de gastos e implementações da estrutura operacional para o atendimento adequado das aspirações da coletividade.

Art. 34. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

Parágrafo único. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário ou aqueles lançados indevidamente e justificados em processos circunstanciados, poderão ser cancelados, não constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**

SEÇÃO VIII

As Disposições sobre Despesas de Pessoal e Encargos

Art. 35. Para atendimento das disposições contidas no Art. 169 da Constituição Federal, fica o poder executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a efetuar os ajustes necessários, para se adequar a Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000.

Art. 36. Para exercício financeiro de 2011, serão consideradas como despesas de pessoal a definição contida no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000.

SEÇÃO IX

**As Disposições Sobre as Despesas Decorrentes
de Débitos de Precatórios Judiciais**

Art. 37. Para atendimento ao prescrito no Art. 100, Parágrafo 1º da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento, a previsão de dotação orçamentária ao pagamento de débitos oriundos de precatórios judiciais, de acordo com a forma e o valor estabelecido.

SEÇÃO X

**Das vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal
e dos Critérios e Forma de Limitação de Empenho**

Art. 38. A averiguação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, será realizada no final de cada quadrimestre.

Parágrafo Único. Se a despesa total com pessoal dos poderes executivo e legislativo exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados:

I – a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no Inciso X do artigo 37 da Constituição Federal;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V – contratação de hora extra.

Art. 39. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou Órgão, ultrapassar os limites definidos na Lei Complementar nº 101/2000, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§1º No caso do inciso I do Parágrafo 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções, quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho sem prejuízos dos vencimentos à nova carga horária.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**

§3º Não alcançada à redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I – receber transferências voluntárias;

II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III – contratar operações de crédito, ressalvados as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 40. Se verificado, ao final de um quadrimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão, por ato próprio nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, utilizando os critérios de redução de despesas na ordem inversa ao estabelecido no art. 4º desta Lei, respeitando o pagamento da Dívida Fundada, precatórios e pessoal e encargos.

§1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional as reduções efetivadas;

§2º Não serão objeto de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

SEÇÃO XI

**As Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos
Programas Financiados com Recursos do Orçamento**

Art. 41. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, bem como implantará controle de custos visando o equilíbrio financeiro.

Parágrafo único. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a prestação de contas, o Poder Executivo avaliará, perante a sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando as ações e metas realizadas.

SEÇÃO XII

**As Condições Especiais para Transferências
de Recursos Públicos a Entidades Públicas e Privadas**

Art. 42. A destinação de recursos para direta ou indiretamente cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficit de pessoas jurídicas deverá ser autorizada em Lei específica e destinarem-se a atender as diretrizes e metas constantes no art. 2º e no anexo I desta lei.

Art. 43. A Lei Orçamentária Anual, bem como suas alterações, não destinará recursos para execução direta pela Administração Pública Municipal, de projetos e atividades típicas das administrações estadual e federal, ressalvados os concernentes a despesas previstas em convênios e acordos com órgãos e autarquias da Administração Pública de todas as esferas de Governo.

§1º A despesa com cooperação técnica e financeira ou contrapartidas em convênios e acordos far-se-á em programação específica classificada conforme dotação orçamentária;

§2º São vedadas as transferências de recursos a título de subvenções sociais nas disposições contidas no item I do art. 19, da Constituição Federal e as disposições da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, ressalvadas as destinadas a entidades para atendimento das ações de assistencialismo social,





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**

Saúde, Educação, Habitação e Assistência Social, ficando desde já autorizada a transferência de recursos, por meio de convênio, às seguintes entidades:

- I - Associação Atlética Banco do Brasil de Porto Murtinho/MS – AABB
- II - Obras Sociais da Paróquia de Porto Murtinho - Asilo São Vicente de Paula
- III - Mitra Diocesana de Jardim (Escola Profissionalizante Imaculada)
- IV - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Porto Murtinho
- V – Cooperativa dos Produtores Rurais da Colônia Bocaíval (Laticínio Municipal)
- VI – Cooperativa dos Artesãos
- VII – Associação dos Servidores Públicos Municipal de Porto Murtinho – MS

**CAPÍTULO II
Das Disposições Gerais**

Art. 44. As propostas de modificação no Projeto da Lei Orçamentária Anual serão apresentadas, no que couber, da mesma forma e nível de detalhamento dos demonstrativos e anexos apresentados.

Art. 45. Para ajustar as despesas ao efetivo comportamento da receita, poderá constar na Lei Orçamentária Anual, autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito suplementar de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o total da despesa fixada no orçamento geral do Município, observado o disposto nesta lei e utilizando os recursos previstos nos incisos I, III e IV do § 1º do Artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 46. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado até 31 de dezembro de 2010, a sua programação será executada mensalmente até o limite de 1/12 (um doze avos) do total, observada a efetiva arrecadação no mês anterior, até a sua aprovação pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

Art. 47. Os anexos constantes da Lei Orçamentária Anual serão publicados juntamente com o Orçamento.

Parágrafo único. Conjuntamente com o Orçamento, o Poder Executivo publicará os Quadros de Detalhamento da Despesas - QDD, especificando para cada categoria de programação no seu menor nível, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos.

Art. 48. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Murtinho - MS, 08 de julho de 2010


NELSON CINTRA RIBEIRO
Prefeito Municipal





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**

DIRETRIZES E METAS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2011

As diretrizes que o município estabelecerá na fixação das despesas na proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2011 atenderão prioritariamente a:

I - Incrementar o desenvolvimento de programas na área da educação para:

a) apoiar o ensino infantil, buscando a proteção à criança;

b) intensificar as ações e programas do ensino fundamental no sentido de motivar a frequência escolar, como forma de garantir a erradicação do analfabetismo municipal e reduzir a evasão escolar.

II – melhorar e intensificar ações na área da saúde visando motivar programas e ações no âmbito da saúde pública, saneamento básico, a erradicação de doenças contagiosas, com ações de prevenção a partir da mudança cultural da população, propor e buscar a gestão plena da saúde financiada pelo SUS.

III - desencadear e apoiar programas e ações de geração de emprego e rendas e de capacitação de mão de obra, através de convênios e parcerias com entidades afins;

IV - desenvolver programas voltados à implantação, ampliação e/ou melhoria da infra-estrutura urbana e rural, com o desenvolvimento inclusive de programas de revitalização de praças, jardins e áreas de lazer;

V - fomentar o desenvolvimento sócio-econômico do Município e implantar políticas ambientais compatibilizando-as com uso sustentável dos recursos naturais;

VI - buscar a redução dos desequilíbrios sociais, promovendo a modernização e a competitividade da economia municipal;

VII - estimular e desenvolver programas para fortalecimento da agropecuária, especialmente para a agricultura familiar, da agroindústria e ações que visem o incremento de outras atividades econômicas municipais;

VIII – executar ações de planejamento, fortalecimento, desenvolvimento e divulgação dos aspectos turísticos municipais e outras atividades que visem a diversificação da atividade no Município;

IX – propiciar oportunidades de lazer, esporte e cultura, buscando a integração e o bem estar social, produção e consumo de bens e serviços culturais, preservação de monumentos históricos e o resgate da memória e identidade cultural e instituir incentivo fiscal para a realização de projetos culturais e esportivos;

X – desenvolver programas que estimulem a instalação de novos comércios e indústrias;

XI – desenvolvimento de programas de apoio à assistência social aos mais necessitados, em especial à população carente, as crianças e adolescentes, os idosos e os excluídos do processo produtivo;

XII - Investimento em programas sociais voltados para a melhoria de qualidade de vida da população em geral, em especial a mais carente;

XIII – executar ações de administração e planejamento municipal, buscando o equilíbrio financeiro e melhor alocação dos recursos públicos;

XIV – reestruturação, modernização e aprimoramento da fiscalização municipal.

As metas a serem instituídas para elaboração do orçamento 2011 atenderão prioritariamente as descrições a seguir, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas:





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**

1. ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS;

As metas da administração municipal para as áreas de planejamento, administração e finanças estão voltadas para a melhoria da qualidade do serviço público, para o aumento das receitas próprias municipais e a adoção do planejamento efetivo como instrumento de desenvolvimento, dentro das seguintes prioridades:

I - Desenvolver ações de capacitação e qualificação de recursos humanos do Município, com prioridade para a questão da qualidade e produtividade;

II - Dotar o Município de aparelhos, mobiliários em geral, veículos, maquinários – frota municipal e modernizar a administração pública municipal, mediante alocação de dotações para melhorar o sistema de informatização, organização e controle;

III - Revisão das Leis Municipais;

IV - Revitalização, modernização e conservação do arquivo municipal;

V - Promover a progressão funcional e a reposição do poder aquisitivo dos vencimentos, salários e proventos dos cargos e funções, bem como implementar o pagamento de salários e proventos;

VI - Amortização de dívidas contratadas;

VII - Promover a construção, reforma e manutenção de prédios públicos;

VIII - Implementar todas as unidades municipais com equipamentos e materiais permanentes com vistas a adequação dos serviços ofertados em todas as secretarias;

IX - Dispor de bens públicos através dos meios legais como leilões de equipamentos, maquinários ou veículo que por ventura vier a onerar o poder público, devido seu desgaste natural.

2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

As metas para as atividades sociais da administração municipal contemplam ações integradas entre os setores públicos, voltados para o atendimento das necessidades imediatas da população, de acordo com as seguintes prioridades:

I - Propiciar instrumentos e condições capazes de efetuar a coordenação, o controle e o acompanhamento das atividades de transporte e alimentação escolar, manutenção e ampliação da rede física;

II - Consolidar instrumentos eficazes de coordenar, instruir, supervisionar e avaliar do ponto de vista técnico – pedagógico e administrativo, os setores operacionais da Secretaria de Educação e Saúde;

III - Construir, ampliar, reformar, adequar e equipar os prédios da educação, da saúde e das creches;

IV - Assegurar os mecanismos que permitem a elaboração e o estabelecimento de uma política de investimentos, desenvolvendo sistemas capazes de otimizar custos financeiros de estrutura organizacional no âmbito da Rede Municipal de Ensino e órgão central; consolidar a municipalização do sistema de saúde em todos os programas;

V - Intensificar a implementação dos sistemas de informatização da rede municipal de ensino e da Saúde;

VI - Priorizar o atendimento à saúde com mantendo profissionais como médicos e demais profissionais de saúde;





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

- VII - Apoiar os Conselhos Gestores e Associações de Pais e Mestre no âmbito do município;
- VIII - Supervisionar, interferir e instruir as unidades escolares e centros de educação infantil, para que propiciem um ensino que assegure padrões mínimos de qualidade exigidos à formação do cidadão;
- IX - Priorizar os serviços preventivos de saúde, visando a educação permanente em saúde;
- X - Propiciar mecanismos que assegurem um regime de colaboração entre as instituições públicas e privadas, visando a definição de uma política de ensino com qualidade;
- XI - Abastecer as unidades de saúde municipais com medicamentos e materiais de uso médico e odontológico, bem como equipamentos e material permanente;
- XII - Realizar investimentos para manutenção dos programas destinados ao atendimento social da população carente, nas áreas de assistência e promoção, geração de emprego e renda, triagem, encaminhamento e ampliação dos programas já existente;
- XIII - Implementar os projetos de assistência e apoio a idosos, propiciando sua integração social, fortalecendo dos laços familiares, bem como o exercício da cidadania;
- XIV - Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, visando a formação do cidadão consciente dos seus direitos e deveres, que o mesmo seja capaz de interferir no meio em que vive buscando o bem comum;
- XV - Atender crianças, adolescentes e jovens, dentro do estabelecido pelo estatuto da criança e adolescentes, inclusive vítimas da violência e prostituição infantil, buscando garantir-lhes seus direitos sociais básicos, priorizando a manutenção saudável dos mesmos na família e comunidade para formação da cidadania;
- XVI - Construção e manutenção de centros de referência da Assistência Social para garantir o atendimento e direitos dos destinatários da política social;
- XVII - Viabilizar a implementação e a implantação de programas para atender jovens e adolescentes;
- XVIII - Otimizar os trabalhos de regularização e urbanização social;
- XIX - Estimular a elaboração e execução dos projetos comunitários de construção de casas populares;
- XX - Utilizar sistemas cooperativos no atendimento às necessidades da população na área de promoção social;
- XXI - Estimular programas para o estabelecimento de atividades geradoras de emprego e renda para atender a população em geral;
- XXII - Estimular a parceria com a iniciativa privada na execução de programas, projetos e serviços sociais;
- XXIII - Desenvolver projetos de apoio, orientações e implementar o atendimento de urgência e emergencial à gestantes de alto risco, carentes e a redução de índices de mortalidade infantil;
- XXIV - Desenvolver ações voltadas ao atendimento à família que amenizem a carência alimentar;
- XXV - Incentivar parcerias de uma central de oferta de emprego e renda;
- XXVI - Apoiar ações de prevenção, habitação, reabilitação, integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XXVII - Apoiar associações comunitárias e entidades visando à implementação da política de assistência social no município, bem como o trabalho em rede de atendimento integrada;





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**

XXVIII - Viabilizar ações sociais intersetoriais para ampliação de metas, otimização de recursos e melhoria na qualidade do atendimento;

XXIX - Garantir a distribuição de medicamentos à população carente;

XXX - Capacitar profissionais por meio de cursos de formação aperfeiçoamento, para atuação e serviços de saúde e gestão SUS;

XXXI - Manter e implementar os programas de auxílio financeiro e auxílio de materiais e produtos a pessoas carentes;

XXXII - Manutenção e implementação de ações e programas para o controle de doenças transmitidas por vetores.

XXXIII - Atender a população carente através das proteções: social básica e especial de media e alta complexidade.

3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As metas para os projetos de desenvolvimento econômico do Município se voltam para a geração de emprego e renda e ao desenvolvimento de seu potencial, de acordo com as seguintes diretrizes:

I - Estimular a formação de organizações produtivas comunitárias;

II - Promover o acesso a informação sobre avanços científicos e tecnológicos de interesse da comunidade, bem como difusão de tecnologias existentes ou alternativas para o incremento das atividades produtivas locais;

III - Estimular a legalização das atividades econômicas do setor informal;

IV - Recadastrar as atividades econômicas municipais;

V - Fomentar as atividades de comércio de bairros e criação de condições para a viabilização de formas alternativas de comercialização;

VI - Incentivar a implantação de indústrias e agroindústrias;

VII - Dar suporte e divulgação ao produto turístico local;

VIII - Realizar estudos e pesquisas sobre a produção comercial e industrial do Município;

IX - Incentivar a implantação de agroindústrias, com utilização de capital privado e público, direcionando os esforços para as atividades agropecuárias;

X - Apoiar as indústrias regionais para agregarem outros produtos da cadeia produtiva incorporando novos sistemas de comercialização;

4. PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

As diretrizes para o planejamento urbano municipal, em conjunto com as questões ambientais e de saneamento, e a administração deve priorizar:

I - Programa de paisagismo – manutenção das praças públicas, canteiros e áreas verdes do Município;

II - Buscar parcerias na discussão, elaboração e implementação dos Planos locais como: Agenda 21, coleta seletiva de lixo e Educação Ambiental nas escolas, comunidades e empresas;

III - Implantação de sistema de coleta e destinação final de lixo hospitalar;





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**

- IV - Regulamentação do sistema de monitoramento de vegetação arbórea (corte, poda e manutenção de árvores);
- V - Viabilizar a comercialização da produção agropecuária através de parcerias e incentivos;
- VI - Implantar programas de aumento de produtividade no meio rural, através da agricultura familiar.

5. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Os serviços de infra-estrutura têm como meta preparar a cidade para os patamares de desenvolvimento exigidos pela população das seguintes prioridades:

- I - Implantar e dar manutenção urbana, com a adoção de critérios de iluminação pública, estendendo a locais não atendidos pela rede convencional, inclusive rural e sinalização do Município ;
- II - Executar obras de canalização de córregos de acordo com princípios de racionalidade, qualidade e matas ciliares;
- III - Promover a drenagem e o asfaltamento de vias públicas de acordo com as diretrizes dos Planos;
- IV - Promover ações de integração e participação das comunidades locais na execução de obras e serviços públicos de interesse coletivo;
- V - Promover a drenagem, construção de pontes, aterros, encascalhamento e patrolamento das estradas vicinais do Município;
- VI - Executar a limpeza de terrenos baldios e residências em bairros, para evitar a proliferação de doenças;
- VII - Manter o sistema viário do Município;

6. CULTURA, ESPORTE E LAZER

As atividades culturais, desportivas e de lazer tem como meta o resgate da cultura regional, a aproximação das pessoas e a valorização de espaços públicos, com as seguintes prioridades:

- I - Promover ações de incentivo às atividades culturais e manifestações populares, incluindo a construção de espaços apropriados;
- II - Manter programas destinados ao lazer da população em geral, incluindo construção de espaço apropriado;
- III - Manter os mecanismos de parceria com a iniciativa privada na manutenção e criação de espaços de recreação e lazer;
- IV - Fomentar as atividades esportivas amadoras em todas as suas modalidades, inclusive com a construção de espaços apropriados;





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

V - Manter e aumentar o acervo da Biblioteca Municipal;

VI - Coordenar a política cultural voltada a criação artística, na produção e consumo de bens e serviços culturais para todas as camadas da população;
VII - Manter os programas e projetos voltados para a identificação e o reconhecimento do patrimônio municipal e de espaços públicos existentes, com vistas ao incremento de novas áreas de potencial turístico;

VIII - Criação de programas de atividade esportivas no sistema educacional;

IX - Apoiar as atividades de competição e eventos esportivos no município, realizando convênios e concedendo auxílios a entidades organizadoras para sua realização.

Porto Murtinho - MS, 08 de julho de 2010.

NELSON CINTRA RIBEIRO

Prefeito Municipal



2.1 DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2011

LRF, art. 4º, § 1

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO DE 2011			EXERCÍCIO DE 2012			EXERCÍCIO DE 2013		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	43.696.848,55	41.223.442,03	0,98	48.075.971,93	42.924.974,93	1,04	52.709.171,34	43.924.309,45	1,03
Receitas Primarias (I)	42.879.309,65	40.452.178,91	0,96	47.176.502,55	42.121.877,27	1,02	51.719.467,19	43.099.555,99	1,01
Despesa Total	43.698.343,06	41.224.851,95	1,04	48.077.616,21	42.926.443,05	0,92	52.900.762,67	44.083.968,89	1,04
Despesas Primarias (II)	42.168.665,30	39.781.759,72	1,00	46.394.640,26	41.423.785,95	0,89	51.048.950,57	42.540.792,14	1,00
Resultado Primário (I – II)	710.644,35	670.419,20	0,02	781.862,28	698.091,33	0,02	670.516,62	558.763,85	0,01
Resultado Nominal	-192.795,17	-181.882,23	0,00	-206.869,22	-184.704,66	0,00	-221.970,67	-184.975,56	0,00
Dívida Pública Consolidada	2.430.825,24	2.293.231,36	0,06	2.354.497,33	2.102.229,76	0,05	2.280.566,11	1.900.471,76	0,04
Dívida Consolidada Líquida	-7.878.338,21	-7.432.394,54	-0,19	-7.954.666,12	-7.102.380,47	-0,17	-8.028.597,34	-6.690.497,78	-0,16

FONTE: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

PIB ESTADUAL:	EXERCÍCIO DE 2011		EXERCÍCIO DE 2012		EXERCÍCIO 2013	
	VALOR		VALOR		VALOR	
	42.199.840,00		46.430.380,00		51.088.970,00	



NELSON CINTRA RIBEIRO
Prefeito Municipal

2.2 DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2011

LRF, art. 4º, §2º, inciso I

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2009 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2009 (b)	% PIB	Variação	
					Valor = (b-a) (c)	% (c/a) x 100
Receita Total	33.557.000,00	96,838	34.902.120,40	100,720	1.345.120,40	4,01%
Receita Primárias(I)	33.058.000,00	95,398	34.099.256,78	98,403	1.041.256,78	3,15%
Despesa Total	33.557.000,00	96,838	31.997.890,57	92,339	-1.559.109,43	-4,65%
Despesa Primárias (II)	32.543.000,00	93,912	30.916.348,14	89,218	-1.626.651,86	-5,00%
Resultado Primário (I-II)	515.000,00	1,486	3.182.908,64	9,185	2.667.908,64	518,04%
Resultado Nominal	-38.550,00	-0,111	-175.820,86	-0,507	-137.270,86	356,09%
Dívida Pública Consolidada	8.259.389,14	23,835	2.430.825,24	7,015	-5.828.563,90	-70,57%
Dívida Consolidada Líquida	7.744.389,14	22,349	-7.878.338,21	-22,735	-15.622.727,35	-201,73%

FONTE: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho


NELSON CINTRA RIBEIRO
Prefeito Municipal

2.3 DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2011

LRF, art.4º, §2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2008	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Receita Total	38.625.000,00	33.557.000,00	115,10%	39.851.000,00	84,21%	43.696.848,55	91,20%	48.075.971,93	90,89%	52.709.171,34	91,21%
Receitas Primárias (I)	38.196.000,00	33.058.000,00	115,54%	39.105.439,86	84,54%	42.879.309,65	91,20%	47.176.502,55	90,89%	51.719.467,19	91,22%
Despesa Total	38.625.000,00	33.557.000,00	115,10%	39.851.000,00	84,21%	43.698.343,06	91,20%	48.077.616,21	90,89%	52.900.762,67	90,88%
Despesas Primárias (II)	37.700.000,00	32.543.000,00	115,85%	38.456.000,00	84,62%	42.168.665,30	91,20%	46.394.640,26	90,89%	51.048.950,57	90,88%
Resultado Primário (I – II)	496.000,00	515.000,00	96,31%	649.439,86	79,30%	710.644,35	91,39%	781.862,28	90,89%	670.516,62	116,61%
Resultado Nominal	-35.930,00	-38.550,00	93,20%	-41.370,00	93,18%	-192.795,17	21,46%	-184.704,66	104,38%	-221.970,67	83,21%
Dívida Pública Consolidada	8.527.141,38	8.259.389,14	103,24%	2.430.825,24	339,78%	2.430.825,24	100,00%	2.102.229,76	115,63%	2.280.566,11	92,18%
Dívida Consolidada Líquida	8.031.141,38	7.744.389,14	103,70%	1.781.385,38	434,74%	-7.878.338,21	-22,61%	-7.102.380,47	110,93%	-8.028.597,34	88,46%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2008	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Receita Total	36.438.679,25	29.961.607,14	121,62%	33.209.166,67	90,22%	41.223.442,03	80,56%	42.924.974,93	96,04%	43.924.309,45	97,72%
Receitas Primárias (I)	36.033.962,26	29.516.071,43	122,08%	32.587.866,55	90,57%	40.452.178,91	80,56%	42.121.877,27	96,04%	43.099.555,99	97,73%
Despesa Total	36.438.679,25	29.961.607,14	121,62%	33.209.166,67	90,22%	41.224.851,95	80,56%	42.926.443,05	96,04%	44.083.968,89	97,37%
Despesas Primárias (II)	35.566.037,74	29.056.250,00	122,40%	32.046.666,67	90,67%	39.781.759,72	80,56%	41.423.785,95	96,04%	42.540.792,14	97,37%
Resultado Primário (I – II)	467.924,53	459.821,43	101,76%	541.199,88	84,96%	670.419,20	80,73%	698.091,33	96,04%	558.763,85	124,93%
Resultado Nominal	-33.896,23	-34.419,64	98,48%	-34.475,00	99,84%	-181.882,23	18,95%	-184.704,66	98,47%	-184.975,56	99,85%
Dívida Pública Consolidada	8.044.473,00	7.791.876,55	103,24%	2.025.687,70	384,65%	2.293.231,36	88,33%	2.102.229,76	109,09%	1.900.471,76	110,62%
Dívida Consolidada Líquida	7.576.548,47	7.306.027,49	103,70%	1.484.487,82	492,16%	-7.432.394,54	-19,97%	-7.102.380,47	104,65%	-6.690.497,78	106,16%

FONTE: Prefeitura Municipal de Porto Murinho


NELSON CINTRA RIBEIRO
Prefeito Municipal

2.4 DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2011

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	%	2008	%	2007	%
PATRIMONIO/CAPITAL	22.420.234,19	100,00	16.067.494,42	100,00	12.166.160,63	100,00
			0,00			
TOTAL	22.420.234,19	100,00	16.067.494,42	100,00	12.166.160,63	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	%	2008	%	2007	%
PATRIMONIO/CAPITAL	6.936.810,08	100,00	4.353.401,08	100,00	2.518.234,19	100,00
TOTAL	6.936.810,08	100,00	4.353.401,08	100,00	2.518.234,19	100,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho



NELSON CINTRA RIBEIRO
Prefeito Municipal

2.5 DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2011			
LRF, art.4º, §2º, inciso III			R\$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	2009 (a)	2008 (b)	2007 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	2.159,33	0,00
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis		2.159,33	
TOTAL	0,00	2.159,33	0,00
DESPESAS LIQUIDADAS	2009 (d)	2008 (e)	2007 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	2.159,33	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	2.159,33	0,00
Investimentos		2.159,33	
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social		-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
SALDO FINANCEIRO	2009 (G)=((Ia - Iid) + IIIh)	2008 (h) = ((Ib - Iie) + IIIi)	2007 (i) = (Ic - Iif)
VALOR III	0,00	0,00	0,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho


NELSON CINTRA RIBEIRO
 Prefeito Municipal

2.6 DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE			
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS			
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2011			
LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a			R\$ 1,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2007	2008	2009
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições	-	-	-
Pessoal Civil	385.161,25	610.651,31	551.176,41
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-
Receita Patrimonial	203.195,56	341.110,69	476.464,96
Outras Receitas Correntes	15.586,88	363.574,62	197.593,34
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercício	309.830,74	695.414,82	623.243,91
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	913.774,43	2.010.751,44	1.848.478,62
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2007	2008	2009
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes	397.598,45	452.853,50	567.306,07
Despesas de Capital	-	2.450,90	412,92
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-
Pessoal Civil	-	22.802,62	29.744,17
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	397.598,45	478.107,02	597.463,16
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I – II)	516.175,98	1.532.644,42	1.251.015,46
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-

FONTE: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho


NELSON CINTRA RIBEIRO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2009

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a

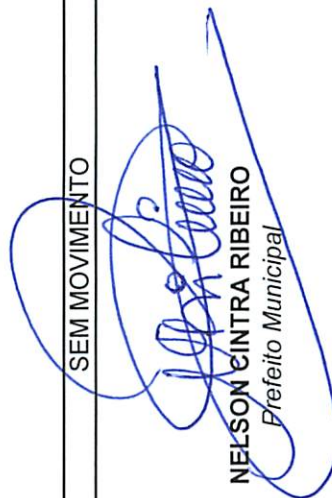
RS 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIARIAS	DESPESAS PREVIDENCIARIA	RESULTADO PREVIDENCIARI	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) (d Exercício)
2010	1.417.598,32	771.523,65	646.074,67	646.074,67
2011	1.515.967,32	821.852,89	694.114,43	694.114,43
2012	1.616.493,03	881.664,34	734.828,69	734.828,69
2013	1.719.213,07	930.564,07	788.649,00	788.649,00
2014	1.824.165,61	958.385,60	865.780,01	865.780,01
2015	1.959.834,06	1.026.774,69	933.059,37	933.059,37
2016	2.098.495,88	1.289.123,57	809.372,31	809.372,31
2017	2.240.203,36	1.354.669,90	885.533,46	885.533,46
2018	2.473.452,52	1.460.545,28	1.012.907,24	1.012.907,24
2019	2.503.133,95	1.585.944,49	917.189,46	917.189,46
2020	2.533.171,56	1.935.766,20	597.405,36	597.405,36
2021	2.563.569,62	2.015.937,02	547.632,60	547.632,60
2022	2.594.332,45	2.094.919,41	499.413,04	499.413,04
2023	2.625.464,44	2.408.419,20	217.045,24	217.045,24
2024	2.656.970,02	2.514.516,91	142.453,11	142.453,11
2025	2.688.853,66	2.629.920,15	58.933,51	58.933,51
2026	2.721.119,20	2.764.769,49	(43.650,29)	(43.650,29)
2027	2.753.773,34	2.877.947,33	(124.173,99)	(124.173,99)
2028	2.786.818,62	3.286.878,46	(500.059,84)	(500.059,84)
2029	2.820.260,44	3.395.393,50	(575.133,06)	(575.133,06)
2030	2.854.103,57	3.533.571,56	(679.467,99)	(679.467,99)
2031	2.888.352,81	3.711.361,71	(823.008,90)	(823.008,90)
2032	2.923.013,04	3.846.543,67	(923.530,63)	(923.530,63)
2033	2.958.089,20	4.041.781,45	(1.083.692,25)	(1.083.692,25)
2034	2.993.586,27	4.204.446,12	(1.210.859,85)	(1.210.859,85)
2035	3.029.509,31	4.355.271,34	(1.325.762,03)	(1.325.762,03)
2036	3.065.863,42	4.525.032,04	(1.459.168,62)	(1.459.168,62)
2037	3.102.653,78	4.713.526,40	(1.610.872,62)	(1.610.872,62)
2038	3.139.885,62	4.838.754,86	(1.698.869,24)	(1.698.869,24)
2039	3.177.564,25	4.921.767,95	(1.744.203,70)	(1.744.203,70)
2040	3.215.695,02	5.003.848,57	(1.788.153,55)	(1.788.153,55)
2041	3.254.283,36	5.064.611,13	(1.810.327,77)	(1.810.327,77)
2042	3.293.334,76	5.216.622,25	(1.923.287,49)	(1.923.287,49)
2043	3.332.854,78	5.285.242,47	(1.952.387,69)	(1.952.387,69)
2044	1.885.418,59	5.342.836,84	(3.457.418,25)	(3.457.418,25)
2045	1.908.043,61	5.369.806,20	(3.461.762,59)	(3.461.762,59)
2046	1.930.940,14	5.396.764,47	(3.465.824,33)	(3.465.824,33)
2047	1.954.111,42	5.423.711,32	(3.469.599,90)	(3.469.599,90)
2048	1.977.560,76	5.450.647,46	(3.473.086,70)	(3.473.086,70)
2049	2.001.291,49	5.477.573,60	(3.476.282,11)	(3.476.282,11)
2050	2.025.306,98	5.504.489,43	(3.479.182,45)	(3.479.182,45)
2051	2.049.610,67	5.531.396,38	(3.481.785,71)	(3.481.785,71)
2052	2.074.206,00	5.558.294,46	(3.484.088,46)	(3.484.088,46)
2053	2.099.096,47	5.585.184,07	(3.486.087,60)	(3.486.087,60)
2054	2.124.285,63	5.612.065,94	(3.487.780,31)	(3.487.780,31)
2055	2.149.777,05	5.638.940,82	(3.489.163,77)	(3.489.163,77)
2056	2.175.574,38	5.665.808,74	(3.490.234,36)	(3.490.234,36)
2057	2.201.681,27	5.692.671,16	(3.490.989,89)	(3.490.989,89)
2058	2.228.101,45	5.719.527,78	(3.491.426,33)	(3.491.426,33)
2059	2.254.838,66	5.746.380,05	(3.491.541,39)	(3.491.541,39)
2060	2.281.896,73	5.773.227,68	(3.491.330,95)	(3.491.330,95)

2061	2.309.279,49	5.800.071,78	(3.490.792,29)	(3.490.792,29)
2062	2.336.990,84	5.826.912,42	(3.489.921,58)	(3.489.921,58)
2063	2.365.034,73	5.853.750,37	(3.488.715,64)	(3.488.715,64)
2064	2.393.415,15	5.880.585,71	(3.487.170,56)	(3.487.170,56)
2065	2.422.136,13	5.907.418,86	(3.485.282,73)	(3.485.282,73)
2066	2.451.201,76	5.934.249,89	(3.483.048,13)	(3.483.048,13)
2067	2.480.616,18	5.961.079,26	(3.480.463,08)	(3.480.463,08)
2068	2.510.383,58	5.987.907,03	(3.477.523,45)	(3.477.523,45)
2069	2.540.508,18	6.014.733,32	(3.474.225,14)	(3.474.225,14)
2070	2.570.994,28	6.041.536,47	(3.470.542,19)	(3.470.542,19)
2071	2.601.846,21	6.068.373,00	(3.466.526,79)	(3.466.526,79)
2072	2.633.068,37	6.095.194,06	(3.462.125,69)	(3.462.125,69)
2073	2.664.665,19	6.122.018,90	(3.457.353,71)	(3.457.353,71)
2074	2.696.641,17	6.148.841,73	(3.452.200,56)	(3.452.200,56)
2075	2.729.000,86	6.175.663,02	(3.446.662,16)	(3.446.662,16)
2076	2.761.748,87	6.202.483,23	(3.440.734,36)	(3.440.734,36)
2077	2.794.889,86	6.229.302,86	(3.434.413,00)	(3.434.413,00)
2078	2.828.428,54	6.256.122,37	(3.427.693,83)	(3.427.693,83)
2079	2.862.369,68	6.282.942,27	(3.420.572,59)	(3.420.572,59)
2080	2.896.718,12	6.309.763,03	(3.413.044,91)	(3.413.044,91)
2081	2.931.478,73	6.336.585,17	(3.405.106,44)	(3.405.106,44)
2082	2.966.656,48	6.363.409,18	(3.396.752,70)	(3.396.752,70)
2083	3.002.256,36	6.390.235,57	(3.387.979,21)	(3.387.979,21)
2084	3.038.283,43	6.417.064,85	(3.378.781,42)	(3.378.781,42)

FONTE: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

2.7 DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2011					
LRF, art. 4º, § 2º, inciso V					R\$ 1,00
SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
	Tributo/Contribuição	2011	2012	2013	
TOTAL					-
FONTE: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho					
SEM MOVIMENTO					


NELSON CINTRA RIBEIRO
 Prefeito Municipal

2.8 DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2011	
LRF, art. 4º, § 2º, inciso V	R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2011
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	0,00
FONTE: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho	
SEM MOVIMENTO	
 NELSON CINTRA RIBEIRO Prefeito Municipal de Porto Murtinho	